

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES EM SÉRIE ÚNICA
DA ESPÉCIE SUBORDINADA DA UHESC S.A.**

Pelo presente instrumento particular: (i) UHESC S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas nº 500 – Bl. 13 – Grupo 205 - Parte - Downtown, inscrita no CNPJ/MJ sob o nº 03.748.077/0001-32, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante simplesmente denominada “Emissora”; (ii) representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro nº 99 – 16º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representado na forma de seu Contrato Social, doravante simplesmente denominado “Agente Fiduciário” e, (iii) como interveniente COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG, concessionária federal de serviço público de energia elétrica, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena nº 1200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.155.730/0001-64, doravante simplesmente denominada “CEMIG”, vêm por este e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão em Série Única de Debêntures (doravante denominada “Escritura”), contendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é firmada com base em deliberação das Assembléias Gerais e Especiais Extraordinárias dos acionistas da Emissora realizadas em 30 de julho de 2000 (a “AGE”) e em 29 de setembro de 2000 (“AGE de Retificação”)

A AGE delegou ao Conselho de Administração a competência para deliberar sobre eventuais alterações e ajustes nas condições das debêntures, nos termos do art. 59 da Lei nº 6.404/76.

CLÁUSULA II – DOS REQUISITOS

A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária

As Atas das AGEs que deliberaram sobre a presente emissão de debêntures serão arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, e publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Monitor Mercantil.

2.2. Registro da Presente Escritura de Emissão

A presente Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A emissão de debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada “CVM”, na forma das Leis nº 6.385, de 7/12/76; nº 6.404, de 15/12/76; nº 9.457, de 5/5/97; e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto social exclusivo participação no capital social da Sá Carvalho que deterá, entre os seus ativos, a UHE Sá Carvalho, localizada na Cachoeira do Salto, Rio Piracicaba, no Município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

3.2. Número da Emissão

A presente Escritura constitui a 1ª emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos através da presente emissão de debêntures serão destinados à integralização do aumento de capital social da SÁ CARVALHO, objetivando a aquisição, por esta, dos ativos/ concessão relacionados à UHE SÁ CARVALHO, pertencentes à ACESITA.

3.4. Colocação e Procedimento

As debêntures serão objeto de distribuição pública no mercado de balcão organizado com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos (o “SDT”), administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (a “ANDIMA”) e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (a “CETIP”), utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, atendidos preferencialmente em ordem cronológica os clientes do Coordenador, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos.

3.5. Registro da Negociação

As debêntures terão registro para negociação no mercado secundário por meio do SND - Sistema Nacional de Debêntures (o “SND”), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.



3.6. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das debêntures.

CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

(Descrição das características das debêntures - artigo 61 da Lei nº 6.404/76)

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Total da Emissão

O valor total da emissão será de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), na data de emissão.

4.1.2. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na data de emissão.

4.1.3. Número de Séries

A emissão terá série única.

4.1.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 7.500 (sete mil e quinhentas) debêntures.

4.1.5. Data de Emissão

A data de emissão das debêntures será o dia 05 de junho de 2000.

4.1.6. Prazo e Data de Vencimento

O prazo das debêntures será de 12 (doze) anos, vencendo-se, portanto, em 05 de junho de 2012, ocasião em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das debêntures que ainda se encontrem em circulação pelo valor nominal atualizado acrescido da remuneração.

4.1.7. Forma

As debêntures serão da forma nominativa escritural.

4.1.8. Classe

As debêntures serão da classe simples, isto é, não conversíveis em ações.

4.1.9. Espécie

As debêntures serão da espécie subordinada.

4.1.10. Amortização

O valor nominal das debêntures da presente emissão não será amortizado.

4.1.11. Garantias

Caução de Direitos Creditórios

Como garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora na Escritura, a CEMIG, quando controladora da Sá Carvalho S.A. se compromete a dar, conforme o "Contrato de Compra e Venda de Ativos e Outras Avenças" celebrado entre ACESITA e Sá Carvalho, em caução aos debenturistas, nos termos do "Instrumento Particular de Caução de Direitos Creditórios da Sá Carvalho S.A. para os Debenturistas da Primeira Emissão de Debêntures da UHESC S.A.", que integra a Escritura como Anexo I, os direitos creditórios da Sá Carvalho decorrentes do contrato de fornecimento de energia elétrica, que será firmado entre a ACESITA e a Sá Carvalho, logo após a transferência dos ativos vinculados à concessão da UHE Sá Carvalho.

4.1.12. Atualização do Valor Nominal

O valor nominal das debêntures será atualizado pela variação acumulada do IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado (o “IGP-M”), apurado e divulgado pela FGV – Fundação Getúlio Vargas a partir da data de emissão, calculada de forma pro rata temporis por dias corridos.

O valor nominal das debêntures será atualizado pela seguinte fórmula:

$$VNA = VN \times \left\{ \left(\frac{NI_1}{NI_0} \right)^{\frac{dcp_1}{dct_1}} \times \left(\frac{NI_2}{NI_1} \right)^{\frac{dcp_2}{dct_2}} \times \dots \times \left(\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right)^{\frac{dcp_n}{dct_n}} \right\}$$

onde:

VNA = valor nominal atualizado, expresso em R\$ por debênture;

VN = valor nominal na data de emissão, expresso em R\$ por debênture;

NI₀ = valor do número-índice do mês anterior ao mês de início de atualização, ou seja, o valor do número-índice relativo ao mês de maio/2000;

NI₁ = valor do número-índice do mês de início de atualização, ou seja, o valor do número-índice relativo ao mês de junho/2000;

NI₂ = valor do número-índice do mês subsequente ao mês de início de atualização ou seja, o valor do número-índice relativo ao mês de julho/2000;

NI_n = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização até a data de aniversário das debêntures. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NI_{n-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês “n”;

dcp = número de dias corridos da data-base anterior até à data de atualização;

dct = número de dias corridos contidos entre a data-base anterior e a próxima data-base;

Observações

- 1) Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do IGP-M.
- 2) Considera-se como mês de atualização, o mês compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures em questão.
- 3) Considera-se data de aniversário o dia da data de vencimento.
- 4) Considera-se data-base a data de aniversário em cada mês.

O IGP-M deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IGP-M incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

No caso de indisponibilidade temporária do IGP-M quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizado, em sua substituição, a última variação disponível do IGP-M, calculado pro rata temporis por dias corridos, não cabendo porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos debenturistas.

Na ausência de apuração e/ou divulgação do número-índice por prazo superior a 15 (quinze) dias após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia-Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura, a última variação percentual divulgada para o índice.

4.1.13. Remuneração

As debêntures renderão juros de 14% a.a. (quatorze por cento ao ano) durante o primeiro Período de Vigência da Remuneração, incidentes sobre o valor nominal atualizado da debênture, conforme o item 4.1.12 da Cláusula IV, a partir da data de emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, calculados em regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por dias corridos.

Define-se:

- a. Período de Vigência da Remuneração - espaço de tempo durante o qual permanece constante o critério de apuração dos juros definido pelo Conselho de Administração ou pela Assembléia-Geral Extraordinária da Emissora encerrando-se na data da correspondente repactuação;
- b. Período de Capitalização - intervalo de tempo que inicia na data de emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos anualmente no dia 05 de junho até a data da primeira repactuação, sendo o primeiro pagamento em 05 de junho de 2001.

O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNA \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{taxa}}{100} \right)^{\frac{n}{N}} \right] - 1 \right\}$$

onde:

- J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, expresso em R\$ por debênture;
- VNA = valor nominal atualizado, na data de vencimento do último período de capitalização, expresso em R\$ por debênture;
- taxa = taxa de juros fixa, expressa em percentual ao ano;
- n = número de dias corridos entre a data de vencimento do período de capitalização anterior e a data de vencimento do próximo período de capitalização;
- N = número de dias corridos representativo da taxa, (365 dias ou 366, no caso de ano bissexto);

4.1.14. Repactuação

Deverá o Conselho de Administração da Emissora, deliberar sobre as condições a vigorar nos próximos períodos de vigência da remuneração. As deliberações da Emissora sobre as condições de repactuação serão comunicadas pela Emissora, por intermédio de publicação, conforme item 4.4.1, da Cláusula IV, até 15 (quinze) dias antes do encerramento de cada período de vigência da remuneração, informando:

- o prazo do próximo período de vigência da remuneração, obedecendo ao prazo mínimo estabelecido pela legislação pertinente;
- as condições da remuneração e atualização monetária, se houver, a vigor durante o próximo período de vigência da remuneração; e
- as datas de pagamento da remuneração.

Caso os debenturistas não concordem com as condições fixadas pela Emissora para o próximo “período de vigência da remuneração” ou caso tais condições não sejam publicadas pela Emissora, os debenturistas poderão, entre o 3º (terceiro) e o 10º (décimo) dias anteriores à data de repactuação, manifestar, através (i) da CETIP, ou, na hipótese de o debenturista não estar vinculado à CETIP; (ii) da Emissora; ou, conforme o caso, (iii) pela instituição financeira contratada para este fim, sua opção de exercer o direito de venda de suas debêntures à Emissora, sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado das debêntures, na hipótese de não publicação das condições de repactuação a que se refere este item.

A Emissora obriga-se a adquirir a totalidade das debêntures, nas datas de encerramento de cada período de vigência da remuneração, dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pela Emissora, para o período subsequente, condicionado ao recebimento dos valores a ela devidos pela CEMIG, sendo certo que nesta hipótese, ocorrerá vencimento antecipado das parcelas devidas pela CEMIG, em conformidade com o item 5 do Contrato de Compra e Venda de Ações (Anexo II), de forma que o valor do vencimento antecipado seja o necessário ao resgate antecipado das debêntures. As debêntures serão adquiridas pelo seu valor nominal atualizado, acrescido da remuneração calculada pro rata temporis definida para o período vencido.

Caso a repactuação venha a ser aceita apenas por parte dos titulares das Debêntures, o vencimento antecipado das parcelas devidas pela CEMIG será proporcional ao número de Debêntures resgatadas antecipadamente.

As debêntures dessa forma adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado.

Fica desde já definido que o primeiro período de vigência da remuneração das debêntures terá início em 05 de junho de 2000 e vencimento em 05 de junho de 2003, data da próxima repactuação.

4.2. Subscrição

4.2.1. Prazo de Subscrição

As debêntures desta emissão poderão ser subscritas, a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública.

4.2.2. Preço de Subscrição

O preço de subscrição das debêntures será o seu valor nominal atualizado, acrescido da remuneração, apropriados desde a data de emissão até a data de subscrição, de acordo com a Cláusula IV, itens 4.1.12 e 4.1.13 acima.

As debêntures serão subscritas ao par.

4.2.3. Integralização

A integralização será à vista, no ato da subscrição. As debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas.

4.2.4. Forma de Pagamento

As debêntures serão integralizadas conforme item 4.2.3, em moeda corrente nacional.

4.3. Condições de Pagamento

4.3.1. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fazem jus as debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou, na hipótese de o debenturista não estar vinculado à CETIP; (ii) na sede da Emissora; ou, conforme o caso, (iii) pela instituição financeira contratada para este fim.

4.3.2. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se a data de pagamento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional.

4.3.3. Atraso Justificado – Prorrogação de Vencimento

4.3.3.1. Caso a Emissora deixe de pagar, no respectivo vencimento, os valores devidos às debêntures de sua emissão e o inadimplemento ocorrer em virtude de atraso no recebimento, por ela Emissora, dos valores oriundos do “Contrato de Compra e Venda de Ações”, celebrado entre a UHESC e a CEMIG, que integra esta Escritura como Anexo II (“Contrato de Compra e Venda”) as obrigações relativas às debêntures, terão o seu vencimento prorrogado de pleno direito até a data em que sejam liquidados os débitos em atraso, obrigando-se o titular das debêntures a aguardar o prazo de 15 (quinze) dias da data do evento de pagamento das obrigações relativas às debêntures para exercer o seu direito de fazer com que se cumpra o subitem 4.3.3.3 abaixo. A Emissora prestará ao Agente Fiduciário todas as informações relativas aos procedimentos que estiver adotando para cobrar as parcelas de pagamento do Contrato de Compra e Venda, que não tenham sido liquidadas no vencimento.

4.3.3.2. O Agente Fiduciário comunicará aos debenturistas a ocorrência do evento e prestará os esclarecimentos que se fizerem necessários e, após decorrido o prazo previsto no item 4.3.3.1, convocará assembleia dos debenturistas para que seja proposto e aprovado pelos titulares da maioria de todas as debêntures em circulação, um plano de ação a ser executado pela Emissora e monitorado pelo Agente Fiduciário, que poderá incluir, entre outras medidas, a cobrança judicial ou extrajudicial de quaisquer dos créditos devidos à Emissora.

4.3.3.3. Ocorrendo o Inadimplemento Justificado, e após transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias citado no item 4.3.3.1, os débitos vencidos e não pagos pela Emissora ficarão sujeitos à multa não compensatória de 1 % (hum por cento) e juros de mora de 1 % (hum por cento) ao mês, nos termos do item 4.3.5 e a Emissora obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a promover procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais de cobrança do Contrato de Compra e Venda, bem como de quaisquer outros valores que, por força do disposto no Contrato de Compra e Venda, sejam devidos à Emissora., desde que tais procedimentos sejam previamente aprovados pelos debenturistas.

A execução de quaisquer procedimentos visando o recebimento de créditos detidos pela Emissora ou a liquidação dos ativos da Emissora depende de prévia e expressa aprovação dos titulares da maioria das Debêntures em circulação, reunidos em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim.

Os valores recebidos pela Emissora referentes à execução do Contrato de Compra e Venda, respeitado o disposto no item 4.3.4, serão revertidos em favor dos debenturistas na proporção das debêntures que detiverem, nos limites estabelecidos nesta escritura.

4.3.4. Utilização dos Recursos pela Emissora.

Os valores recebidos pela Emissora oriundos do Contrato de Compra e Venda de Ações, recebidos em atraso ou não, deverão ser utilizados, obrigatoriamente nesta ordem, no pagamento das seguintes obrigações:

- a) despesas administrativas e legais da Emissora até a sua extinção, bem como as despesas relativas a eventuais procedimentos de cobrança extrajudicial e judicial, inclusive ônus sucumbenciais;
- b) remuneração do Agente Fiduciário e das despesas incorridas pelo mesmo no exato cumprimento de suas atribuições para a defesa dos direitos e interesses dos titulares da Debêntures, bem como despesas referentes aos prestadores de serviços da Emissora; e
- c) havendo saldo em caixa, valor do principal e outros encargos relativos às debêntures, na forma desta Escritura de Emissão.

4.3.5. Atraso Injustificado

Ocorrendo atraso injustificado no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos à multa não compensatória de 1 % (hum por cento) e juros de mora de 1 % (hum por cento) ao mês, sendo ambos computados sobre os valores em atraso devidamente atualizados e acrescidos da remuneração devida nos termos desta Escritura, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.3.6. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo ao disposto no item 4.3.2, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até à data do respectivo vencimento.

4.4. Comunicações

4.4.1. Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados na forma de avisos, na edição nacional do jornal Valor Econômico.

4.4.2. Endereçamento

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

UHESC S.A.

Av. das Américas nº 500 – Bl. 13 Sala 205 - Parte
CEP: 22640-100 - Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 493-7003
Fac-símile: (21) 493-4746

Para o Agente Fiduciário:

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Rua Sete de Setembro nº 99 – 16º andar
CEP: 20050-005 - Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 507-1949
Fac-símile: (21) 507-1773

Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador das Debêntures:

BANCO ITAÚ S.A.

Superintendência de Ações e Debêntures
Rua Boa Vista nº 185 – 2º andar
CEP: 01014-001 - São Paulo – SP
Telefone: (11) 237-5539
Fac-símile: (11) 237-5695

Para a SÁ CARVALHO S.A.

Av. Barbacena nº 1200 – 7º andar
CEP: 30161-970 - Belo Horizonte – MG
Telefone: (31) 299-3015
Fac-símile: (31) 299-3790

Para a COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

Departamento de Captação de Recursos
Av. Barbacena nº 1200 - 7º andar
CEP: 30161-970 - Belo Horizonte – MG
Telefone: (31) 299-3015
Fac-símile: (31) 299-3790

Para a CETIP

Av. República do Chile nº 230 – 11º andar
CEP: 20031-170 - Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 276-7474
Fac-símile: (21) 276-7490

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio sob protocolo ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 10 dias úteis após o envio da mensagem.

A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora.

CLÁUSULA V - DA COMPRA OU RESGATE DOS TÍTULOS PELA EMISSORA**5.1. Aquisição Facultativa**

A Emissora poderá, a qualquer tempo (mas sempre respeitados os prazos mínimos admitidos na legislação em vigor), adquirir debêntures desta emissão em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal atualizado acrescido da remuneração, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser colocadas novamente no mercado.

5.2. Resgate Antecipado

A Emissora reserva-se o direito de, a qualquer tempo, observado o prazo de 120 (cento e vinte) dias da Data de Emissão (mas sempre respeitados os prazos mínimos admitidos na legislação em vigor), promover o resgate antecipado das debêntures em circulação, pelo valor do saldo devedor até à data do efetivo resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, pelo seu valor nominal atualizado acrescido do valor da remuneração estabelecida nos itens 4.1.12 e 4.1.13, calculados pro rata temporis.

Na hipótese do resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado na presença do AGENTE FIDUCIÁRIO e com divulgação pela imprensa, de acordo com o disposto no item 4.4.1, inclusive no que concerne às regras do sorteio.

5.3. Vencimento Antecipado

Ressalvadas as hipóteses previstas no item 4.3.3 da Cláusula IV, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às debêntures objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do seu valor nominal atualizado, acrescido da remuneração devida até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos, desde que previamente aprovado pela maioria dos titulares das debêntures em circulação:

- a) Protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor global ultrapasse R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, se for cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias de sua ocorrência;
- b) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora;
- c) liquidação ou decretação de falência da Emissora;
- d) falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- e) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora previstas nesta Escritura.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**a) Fornecer ao Agente Fiduciário:**

- a.1) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;
 - a.2) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora;
 - a.3) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, nos prazos ali previstos;
 - a.4) com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais, bem como a data e ordem do dia da assembleia a realizar, e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;
 - a.5) na mesma data em que forem publicados, os avisos aos debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam os interesses dos debenturistas;
 - a.6) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente emissão de debêntures que lhe venha a ser solicitada;
 - a.7) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, imediatamente após o seu recebimento;
 - a.8) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias contados da respectiva data de vencimento;
 - a.9) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens 6.5, imediatamente após a sua ocorrência.
- b) proceder a adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;

- c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Emissora;
- d) convocar Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente emissão nos termos da Cláusula VIII desta Escritura caso o Agente Fiduciário não o faça;
- e) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- f) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- g) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;
- h) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- j) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- k) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas, relativos às debêntures objeto desta escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora; e
- l) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes.

CLÁUSULA VII - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da emissão objeto desta Escritura, PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante à Emissora a comunhão dos titulares das debêntures.

7.2. Declaração

O Agente Fiduciário dos debenturistas, nomeado na presente escritura, declara:

- a) Sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 9º e 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) Aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) Aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- d) Estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil.

A Emissora também declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Substituição

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição.

Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento à presente Escritura, devendo o mesmo ser averbado no Registro de Imóveis no qual será registrada a presente Escritura.

O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente escritura ou de eventual Aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até à efetiva substituição.

Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Deveres

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) Proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) Renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) Verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, em função de garantia real ou privilégio geral oferecido;
- e) Verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- f) Promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- g) Acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- h) Emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das debêntures;
- i) Solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- j) Solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- k) Convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- l) Comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- m) Elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - m. 1) Eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - m. 2) Alterações estatutárias ocorridas no período;
 - m. 3) Comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - m. 4) Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
 - m. 5) Resgate e pagamento de juros das debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora;
 - m. 6) Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - m. 7) Relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - m. 8) Cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento;
 - m. 9) Declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
 - m.10) Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures da presente emissão.
- n) Colocar o relatório de que trata o inciso " m " à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - n.1) na sede da Emissora;
 - n.2) no seu escritório ou, quando Instituição Financeira, no local por ela indicado;
 - n.3) na CVM;
 - n.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso;
 - n.5) na Instituição que liderou a colocação das debêntures.

- o) Publicar, nos órgãos da Imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "n";
- p) Manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;
- q) Coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas;
- r) Administrar os recursos da emissão na ocorrência da hipótese prevista no § 2º do artigo 60 da Lei nº 6.404/76;
- s) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- t) Notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
 - t.1) à CVM;
 - t.2) às Bolsas de Valores, quando for o caso;
 - t.3) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

7.5. Atribuições Específicas

O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) Declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;
- c) Representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (b) do caput deste item se, convocada a Assembléia dos Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (c) do caput deste item.

7.6. Remuneração

Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) Taxa de implantação de serviços no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), devida no primeiro dia útil após a aceitação da proposta de serviços, dedutível do valor da primeira parcela anual e não restituível à Emissora em caso de cancelamento da operação e/ou não concessão do registro pela CVM;
- b) Parcelas anuais antecipadas no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), sendo a primeira devida no primeiro dia útil subsequente ao da obtenção do registro junto à CVM e as demais na mesma data dos anos seguintes. Do valor da primeira parcela anual será descontado o valor referente à taxa de implantação de serviços mencionada no item (a);
- c) As remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- d) As parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da taxa de implantação de serviços, até às datas de pagamento de cada parcela, calculadas "pro rata die" se necessário;
- e) As remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, conforme descrito no item 6 desta Cláusula. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora;
- f) O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora, ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões;

- g) Todas as despesas com procedimentos legais, em caso de inadimplência da Emissora, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;
- h) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura;
- i) As remunerações serão acrescidas do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), de acordo com a alíquota vigente nas datas de cada pagamento.

7.7. Despesas

A Emissora ressarcirá ao Agente Fiduciário todas as despesas que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado imediatamente após na realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA VIII - DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS DEBENTURISTAS

8.1. Convocação

A assembléia de debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das debêntures em circulação, ou pela CVM.

8.2. Quorum de Instalação

A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

8.3. Mesa Diretora

A presidência da assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. Quorum de Deliberação

Nas deliberações da assembléia, a cada debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da modificação das condições das debêntures, que deverá ser deliberada por debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação.

CLÁUSULA IX - DA DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

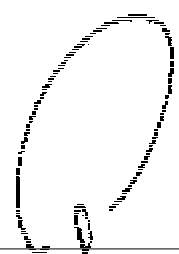
9.2. Foro

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor, na presença das duas testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro 30 de setembro de 2000

UHESC S.A.


Nome: Mauro Sergio de Oliveira
Cargo: Diretor de Relações com Investidores


Nome: Juarez Celio da Gama Dias Costa
Cargo: Diretor

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.


Nome: Marcus Venicius B. da Rocha
Cargo: Gerente


Nome: Carlos Alberto Bacha
Cargo: Procurador

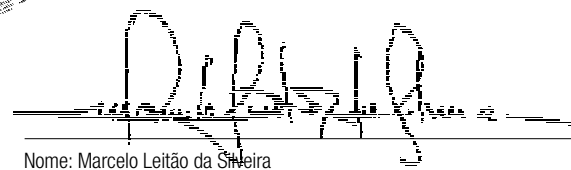
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG


Nome: Djalma Bastos de Moraes
Cargo: Diretor-Presidente


Nome: Cristiano Corrêa de Barros
Cargo: Diretor de Finanças e Comercialização

TESTEMUNHAS:


Nome: Arthur José Fernandes Braz
CPF: 379.179.276-87 - RG: MG-19.905


Nome: Marcelo Leitão da Silveira
CPF: 021.590.957-70 - RG: 08.555.585-2

